

Perspectivas e desafios da Educação Superior

Universidades e instituições de ensino superior são mais do que meros espaços de aprendizado; são laboratórios de inovação e centros de pensamento crítico. Ao ultrapassarmos os portões acadêmicos, deparamo-nos com o potencial imenso de transformação social, econômica e tecnológica.

Porém, por vezes, algumas condições dificultam o acesso ao ensino superior, principalmente aquelas de cunho socioeconômico, distanciando essa oportunidade de muitos indivíduos. O desafio reside em tornar essa possibilidade cada vez mais acessível, mas sem abrir mão da qualidade.

Este mês, o Educação em Foco se volta para o ensino superior e seu papel na formação e na promoção de uma sociedade mais justa.



➤ Impacto Transformador: Os Benefícios Sociais do Ensino Superior

O ensino superior é crucial para o desenvolvimento individual e tem um impacto significativo na sociedade, atuando como um instrumento essencial para a redução das desigualdades sociais e o avanço socioeconômico. Diplomas de ensino superior podem oferecer caminhos adicionais para o desenvolvimento de carreira, comumente associados a um aumento nas oportunidades de emprego e salários mais elevados. Dados da PNAD Contínua (2023) mostram que indivíduos com educação superior têm taxas de desemprego significativamente mais baixas em comparação àqueles sem tal formação. Especificamente, a taxa de desemprego para pessoas com ensino superior é de 3,5%, enquanto para aquelas com apenas o ensino médio, a taxa é de 8,6%, segundo dados do IBGE.



3,5% É a taxa de desemprego de pessoas com ensino superior.



8,6% É a taxa de desemprego de pessoas com apenas ensino médio.

Além disso, os ganhos salariais de graduados são, em média, substancialmente superiores aos de pessoas sem um diploma de ensino superior. Os dados revelam que os graduados desfrutam de um salário médio de R\$ 5.365, um valor consideravelmente superior aos R\$ 2.018 recebidos por pessoas com nível de escolaridade limitado ao ensino médio,

refletindo um acréscimo salarial aproximado de 165,8%. Isso evidencia não apenas o valor individual de tais qualificações, mas também o impacto coletivo na sociedade, com uma força de trabalho mais qualificada impulsionando a economia.

o ensino superior tem a responsabilidade não apenas de educar, mas também de ser um catalisador para uma sociedade mais justa e igualitária

Além do aspecto econômico, o ensino superior tem papel importante na formação de uma sociedade mais informada e participativa. Através da educação superior, os estudantes são expostos a uma variedade de ideias, culturas e perspectivas, que são essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante. Eles aprendem a questionar, a analisar criticamente e a resolver problemas complexos, habilidades essenciais para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e responsável.

Assim, o ensino superior tem a responsabilidade não apenas de educar, mas também de ser um catalisador para uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, há barreiras a serem superadas para que a educação de qualidade seja acessível, promovendo não apenas o desenvolvimento individual, mas também o coletivo. O cenário atual nos coloca diante da tarefa de encontrar um equilíbrio entre acessibilidade e excelência, assegurando que o ensino superior continue a ser um pilar para o progresso do Brasil.

► Uma Jornada pelo Ensino Superior no Brasil

Para compreender o cenário contemporâneo do ensino superior no Brasil, é essencial olhar para trás e conhecer o caminho percorrido até aqui. A trajetória do ensino superior brasileiro é marcada por expansões significativas, reformas educacionais e uma crescente democratização do acesso à educação. Desde as primeiras universidades, fundadas no século XX, até a ampliação de instituições federais, estaduais e privadas, o ensino superior tem sido um reflexo das dinâmicas sociais e econômicas do país. É importante destacar que essa expansão não é resultado de um planejamento educacional de organismos governamentais, mas é, principalmente, resultante da dinâmica entre oferta e demanda, com o setor privado ganhando cada vez mais espaço. Se em 1996 a participação pública e privada era de 39,3% e 60,7% respectivamente, em 2021 essa participação passou para 23,1% e 76,9%, nessa ordem, conforme Gráfico 1.

Linha do tempo da educação superior

1960

A história do ensino superior no Brasil é uma narrativa de transformação e inclusão, refletindo as mudanças sociais e econômicas ao longo das décadas. Nos anos 1960, a educação superior era um privilégio de poucos, dominada principalmente por instituições públicas e acessível a uma parcela limitada da sociedade. Com o passar dos anos, essa realidade começou a mudar, refletindo o pulsar de um país em crescimento e em busca de modernização.

1970

Na década de 1970, o cenário da educação no Brasil passou por transformações significativas. As instituições privadas começaram a ganhar terreno, uma resposta à crescente demanda por educação superior que o setor público não conseguia atender completamente. Esse foi um período de significativa expansão, marcado pela abertura de novas universidades e pela diversificação dos cursos oferecidos. O ensino superior estava se tornando mais acessível, embora ainda houvesse avanços a serem feitos.

1990

Após um período de estagnação, os anos 90 trouxeram consigo um novo impulso para o setor privado. O crescimento econômico do Brasil abriu caminho para um aumento significativo no número de instituições privadas de ensino superior. Essa expansão foi acompanhada por um movimento crescente de democratização, com políticas governamentais e sociais buscando tornar o ensino superior mais acessível às classes de menor poder aquisitivo.

2000

A partir dos anos 2000, o ensino superior no Brasil começou a refletir a diversidade e complexidade do país. Com uma maior inclusão de estudantes de diferentes origens sociais e econômicas, as universidades tornaram-se espaços de debate, inovação e transformação social. Movimentos estudantis desempenharam um papel crucial nessa fase, pressionando por um ensino mais inclusivo e representativo da diversa tapeçaria cultural do Brasil.

Ainda pelo Gráfico 1 é possível observar uma tendência ascendente no número de matrículas ao longo dos anos, marcada por políticas educacionais significativas, tais como:

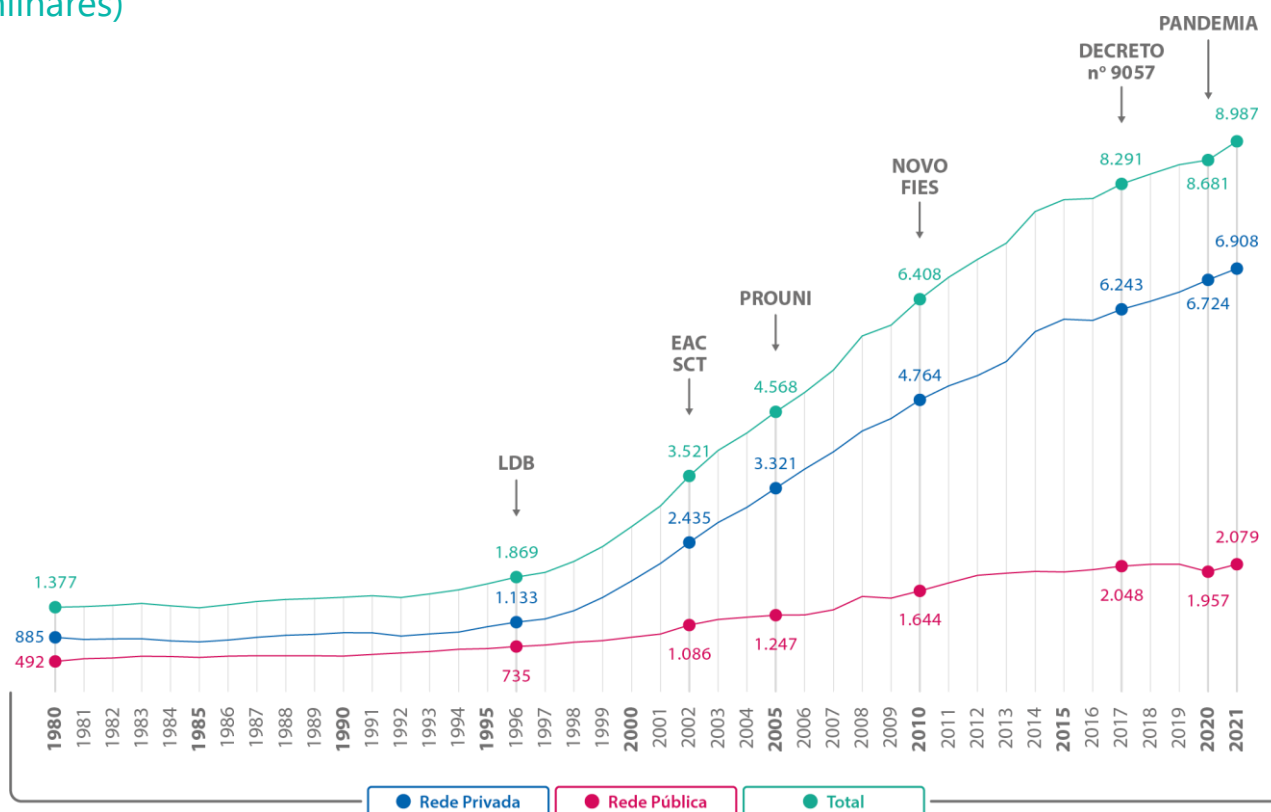
- » LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação): Promulgada em 1996, a lei estruturou o sistema educacional brasileiro, incluindo o ensino superior.
- » EAC SCT (Exame Nacional de Cursos - o "Provão"): Instituído nos anos 90 com objetivo de aferir a qualidade dos cursos superiores.
- » PROUNI (Programa Universidade para

Todos): Iniciado em 2004 com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas para estudantes de baixa renda.

- » Novo FIES (Fundo de Financiamento Estudantil): Reformulado em 2017, o Fundo oferece melhores condições de financiamento para os estudantes.

O gráfico mostra um pico nas matrículas após a introdução do PROUNI e do Novo FIES, refletindo o impacto direto dessas políticas no acesso ao ensino superior. Destaca-se também o Decreto nº 9057 de 2017, que regulamentou

Gráfico 1: Evolução do número de matrículas no Ensino Superior Brasileiro (em milhares)



Fonte: SEMESP. Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior de São Paulo. Mapa do Ensino Superior, 13ª edição. 2023. Disponível em <http://www.semesp.org.br/mapa/educacao-13/>

Como ler: O Gráfico ilustra a trajetória do número de matrículas no ensino superior no Brasil, diferenciando entre instituições privadas (linha azul) e públicas (linha vermelha), além do total combinado (linha verde). As marcas temporais indicam a implementação de políticas e o efeito da pandemia.

o ensino a distância e a continuação das políticas durante a pandemia de COVID-19, com o número total de matrículas sofrendo uma leve queda em 2020 e 2021, indicando os desafios enfrentados pelo setor educacional neste período.

Por sua vez, o cenário do ensino superior brasileiro em 2022 apresentou uma paisagem marcada por um crescimento substancial nas matrículas e uma predominância das instituições privadas. De acordo com o Censo da Educação Superior, o país conta com

2.595 instituições de ensino, das quais 2.283 são privadas e 312 públicas, evidenciando uma tendência de mercado robusta na oferta educacional. Esse cenário é complementado por um aumento de 5,1% no número de matrículas desde 2015, atingindo quase a marca de 10 milhões de estudantes, com a rede privada acumulando mais de 7,3 milhões de alunos, representando um crescimento de 6,6% em 2022 e solidificando seus 78% de participação no sistema educacional superior.

Políticas de fomento a educação superior no ES



Desde 2009, o Programa Nossa Bolsa atua por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), em parceria com a Secretaria da Educação (Sedu) e tem como propósito fomentar a inclusão e o desenvolvimento social e educacional, concedendo bolsas a estudantes que desejam cursar a graduação em Instituições de Ensino Superior privadas do estado do Espírito Santo, mas que não tem condições de custear o estudo.

Recentemente, o programa foi ampliado para também beneficiar alunos da rede pública, além da graduação, com bolsas de iniciação científica e bolsas de mestrado.

As modalidades oferecidas são:



Graduação presencial e a distância com bolsas integrais (100%) e parciais (50%), modalidade escolhida pelo candidato no ato de inscrição e limitada de acordo com renda familiar per capita.



Iniciação Científica, Tecnológica e Extensão por um período de até 12 (doze) meses para os participantes do Programa em instituições com programas de pesquisa cadastrados.



Mestrado por um período de até 24 (vinte e quatro) meses para concluintes do Programa Nossa Bolsa.

No ano de 2023, o programa vai investir R\$ 42,2 milhões para custear os cursos de graduação que duram, em média, cinco anos. O valor é proveniente do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec) e da Sedu, - com uma oferta que abrange 1.000 bolsas e 54 opções de cursos de nível superior.

Sistema Universidade do Espírito Santo – UniversidadES



Vinculado à Secretaria de Inovação e Desenvolvimento (Sectides), é um programa que reúne e organiza políticas públicas, norteadas pelos eixos:



Ensino Superior

Formação Continuada

Pesquisa e Extensão

O eixo de Ensino Superior é voltado para implementação de políticas públicas voltadas para a expansão do ensino superior com ênfase nas áreas STEAM*. É composto pela Faculdade de Música do Espírito Santo “Maurício de Oliveira” – FAMES; a Academia de Polícia Militar do Espírito Santo – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Pública (APM/ES); a Academia da Polícia Civil; o Centro de Ensino e Instrução de Bombeiros (CEIB); os Programas Nossa Bolsa e Nossa Bolsa Mestrado; e o Programa Universidade Aberta Capixaba.

*STEAM, do inglês: Science (Ciências), Technology (Tecnologia), Engineering (Engenharia), Arts (Artes) e Mathematics (Matemática)

➤ Quebrando Barreiras: Acesso e Inclusão no Ensino Superior Brasileiro

Nesse cenário de ampliação de vagas, o ensino superior enfrenta desafios, tais como a expansão das instituições de ensino superior públicas, a inclusão mais abrangente da população de baixa renda no sistema e as opções de financiamento direcionadas à estudantes que contam com o setor privado para sua formação.

Ainda antes de abordar essas questões, é necessário situar que o ensino superior hoje é uma oportunidade muito distante da maioria da população. Segundo relatório da OCDE (2023), o Brasil apresenta um panorama distinto quando comparado aos resultados médios dos países membros da OCDE. Com apenas 23% dos brasileiros de 25 a 34 anos possuindo ensino superior completo em 2023, o Brasil está significativamente abaixo da média de 47% dos países membros. Essa disparidade se acentua no que tange à pós-graduação. Enquanto no Brasil, somente 0,8% das pessoas entre 25 a 64 anos concluíram mestrado, nos países da OCDE,

essa proporção ascende a 13% — uma diferença marcante de 16 vezes. No âmbito do doutorado, o Brasil também demonstra atraso, com apenas 0,2% dos adultos atingindo esse nível de qualificação, comparado a uma média de 1,1% na OCDE, situando o país entre os três últimos das 35 nações que forneceram dados.



47% é a porcentagem de pessoas de 25 a 34 anos com superior completo nos países da OCDE.



23% é a porcentagem de pessoas de 25 a 34 anos com superior completo no Brasil.

Fonte: Education at a glance 2023.

Neste contexto, é fundamental considerar as disparidades regionais. A taxa de adesão ao ensino superior, que representa a proporção de jovens que ingressam nessas instituições, varia

significativamente entre os estados brasileiros – atingindo 30,5% no Distrito Federal, mas apenas 10,3% no Maranhão." Com vistas a avançar sobre esses desafios, o PNE estabeleceu em sua 12ª meta o objetivo de ampliar a participação e assegurar a qualidade da educação superior até 2024. Porém o avanço ocorre a passos curtos e observa-se que, até o momento, os resultados ainda estão distantes das metas estipuladas. Em 2020, a taxa bruta de matrícula na educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos alcançou 48,6%, aproximando-se da meta de 50%, com destaque para o Espírito Santo, onde essa taxa ultrapassou a meta, atingindo 53,9%. No entanto, a taxa líquida de matrícula, que reflete o percentual de jovens efetivamente matriculados, estava em 23,8% em 2020, ainda distante do objetivo de 33%, inclusive no Espírito Santo, com uma taxa de 23,5%. Além disso, a meta de assegurar que 40% das novas matrículas ocorram em instituições públicas também enfrenta desafios, visto que apenas 11,7% das matrículas no ensino superior eram em instituições públicas em 2019. Esses números indicam que, apesar de alguns progressos, ainda há um caminho considerável a ser percorrido para atingir os objetivos estabelecidos pelo PNE até 2024.

Meta 12 PNE

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Em apoio a essa frente, a implementação de políticas de acesso, como o Sistema de Seleção

Unificada (SISU), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e as cotas raciais e sociais, tem sido fundamental no aumento da diversidade dentro das instituições de ensino superior, possibilitando que mais estudantes de diferentes origens socioeconômicas e étnicas tenham a oportunidade de obter educação de qualidade.

Contudo, ao analisar as políticas de acesso e permanência, observamos um panorama de sucessos e limitações. Embora haja um aumento no acesso ao ensino superior, a retenção e conclusão dos cursos emergem como desafios significativos. Conforme a 13ª Edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2023), do Instituto Semesp, 55,5% dos alunos desistem antes de completar o ensino superior, com apenas 26,3% concluindo no prazo previsto. Este quadro revela as lacunas nas estratégias de retenção estudantil.

55,5% dos alunos desistem antes de completar o ensino superior, com apenas 26,3% concluindo no prazo previsto.

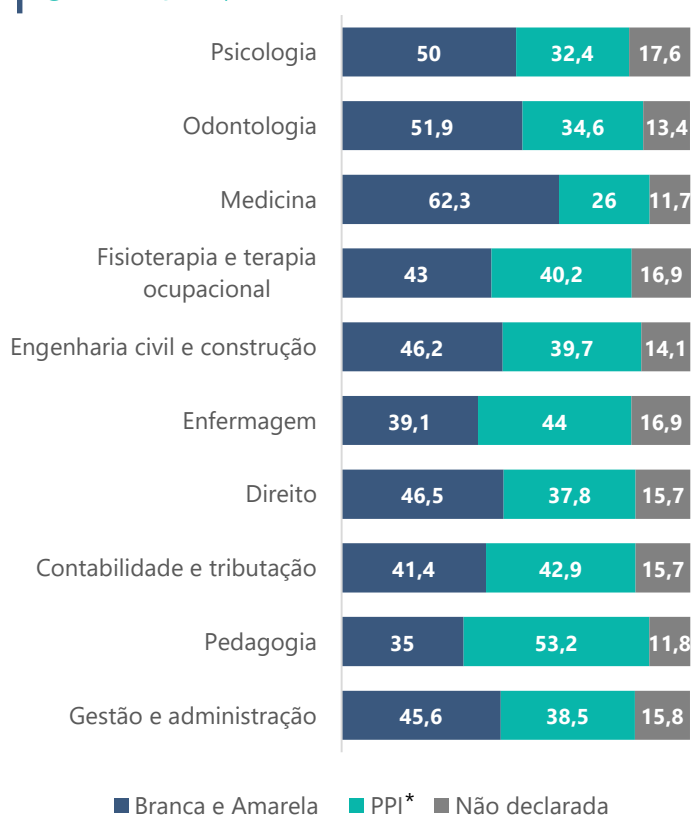
O Mapa do Ensino Superior apresenta ainda detalhes sobre a condição socioeconômica dos estudantes brasileiros no ensino superior. De acordo com o relatório, 90% dos novos alunos tinham uma renda familiar de até 3 salários-mínimos e 45% possuíam uma renda de até 1,5 salário-mínimo. Assim, a questão econômica surge como um fator crítico, influenciando na escolha do curso e na capacidade de pagar mensalidades. A baixa qualidade do ensino de

qualidade do ensino de educação básica pública também é destacada, a qual não apenas influencia o acesso às universidades públicas, já que estudantes enfrentam dificuldades em exames competitivos como o vestibular e o ENEM, como também contribuem para deficiências acadêmicas que levam à evasão no ensino superior. Esse cenário destaca também a necessidade de reformular programas de financiamento estudantil - o atual Fies enfrenta uma crise, com uma queda no número de financiamentos concedidos, apenas 73 mil em 2022, comparado aos 732 mil em 2014, além de reforçar a importância de políticas como as de cotas, incluindo aí beneficiários por critérios tanto de renda quanto de raça (ver box 2).

O gráfico 2 oferece uma visão detalhada dessas disparidades em campos específicos de estudo. Por exemplo, na área de Medicina, estudantes identificados como brancos e amarelos correspondem a 62,3% das matrículas, enquanto os pretos e pardos representam apenas 26%. Essa tendência é replicada em áreas como Direito e Engenharia Civil, com estudantes brancos e amarelos compondo 46,5% e 46,2% das matrículas, respectivamente.

pretos e pardos são minoria no ensino superior, respondendo por 47,1% do total das matrículas, apesar de representarem cerca de 55,5% da população

Gráfico 2: Distribuição de matrículas, segundo dez áreas específicas de graduação presencial (%) - 2022



Interessantemente, em campos como Pedagogia, a representação dos estudantes pretos e pardos é significativamente mais alta, com 53,2% das matrículas, ultrapassando a de estudantes brancos e amarelos. Contudo, mesmo com essa maior representatividade em Pedagogia, ela permanece abaixo da composição demográfica do país, em que de pretos e pardos constituem 55,9% e brancos 42,8% da população, conforme dados da PNAD Contínua de 2022. Esses números refletem as barreiras contínuas que estudantes pretos e pardos enfrentam no acesso ao ensino superior, especialmente em cursos de grande prestígio e que geralmente conduzem a carreiras de maior remuneração.

Para enfrentar estes desafios, é importante direcionar políticas e ações voltadas para a melhoria da permanência dos alunos, incluindo suporte acadêmico, acompanhamento

Fonte: Censo da Educação superior 2022 (INEP). Elaboração: Observatório da Indústria.

(*) PPI – Pretos, pardos e indígenas







psicológico, flexibilização curricular e sistemas de bolsas adaptados às necessidades individuais. A integração de políticas de acesso e estratégias de permanência é essencial para o


desenvolvimento individual e progresso socioeconômico do país, reduzindo a evasão e assegurando a conclusão dos cursos.

Lei de Cotas e Principais Mudanças na Nova Lei

A Lei de Cotas sancionada em 2012, com o Nº 12.711/12, tinha como objetivo reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo 50% suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Com a atualização da Lei de Cotas em 2023, de Nº 14.723/23, o sistema de cotas no ensino federal tem mudanças significativas para o acesso ao ensino superior, sendo as principais alterações:

-  **Redução da Renda Familiar de um salário mínimo e meio por pessoa para um salário mínimo**
-  **Inclusão de Estudantes Quilombolas como beneficiários das cotas**
-  **Prioridade no Auxílio Estudantil**
-  **Extensão para entrada na Pós-Graduação**
-  **Monitoramento Anual e Avaliação Decenal**
-  **Mudanças na forma de concorrência**

Os cotistas vão disputar as vagas de concorrência geral e, posteriormente, se não conseguirem na chamada geral, irão concorrer pela reserva de vagas para cotas. Assim, a medida amplia as oportunidades de ingresso dos cotistas nas universidades e institutos.
-  **Ampliação das responsabilidades de monitoramento**

Além do Ministério da Educação, outros Ministérios, como a da Igualdade Racial; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, bem como a Secretaria Geral da Presidência da República, também serão responsáveis pelo acompanhamento da política de cotas.

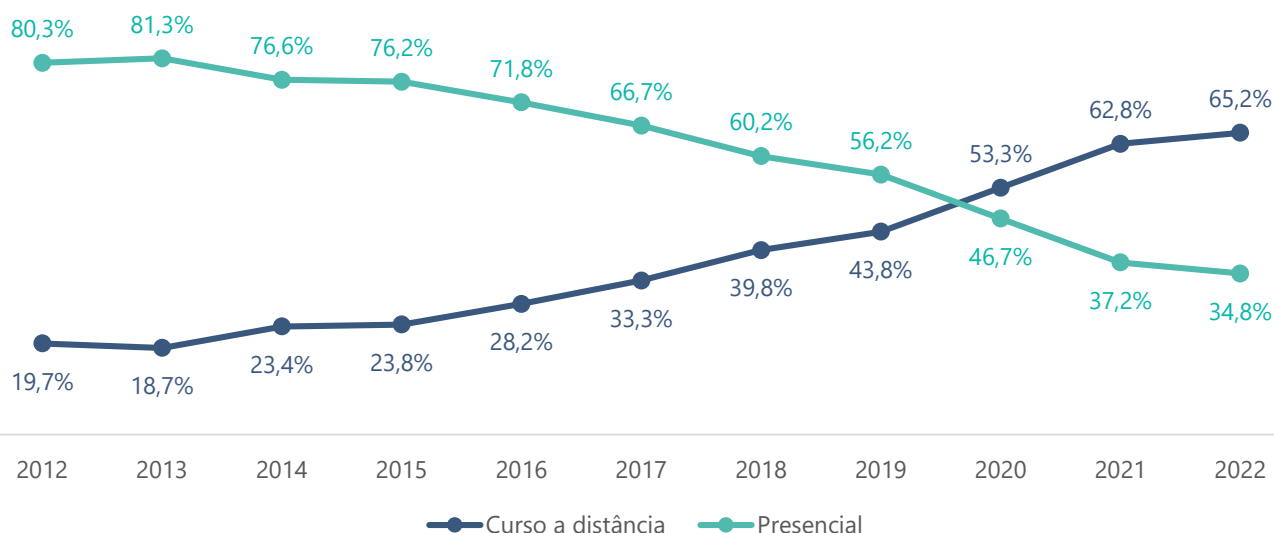
A próxima edição do Sisu (Sistema de Seleção Unificada), em 2024, será atualizada com as mudanças sancionadas pela nova Lei de Cotas. Dessa forma, os estudantes que realizaram a edição de 2023 do Enem serão beneficiados pelas disposições da nova legislação.

➤ Desafios Contemporâneos no Ensino Superior

Além dos desafios históricos de acesso, a pandemia de COVID-19 trouxe transformações sem precedentes para o ensino superior no Brasil, catalisando uma transição abrupta para o ensino à distância (EAD) e impondo desafios significativos em termos de acesso, qualidade e adaptação tecnológica. Este período de mudanças rápidas ressaltou questões críticas como a eficácia do aprendizado online, as disparidades no acesso a recursos tecnológicos e os impactos psicológicos sobre estudantes e educadores. Além disso, a resposta emergencial do setor educacional a essas transformações, incluindo a expansão do EAD e os ajustes na metodologia de ensino, realçou tanto as lacunas existentes quanto as oportunidades de inovação no cenário educacional.

Diante desse cenário, a educação a distância (EAD) experimentou um crescimento exponencial, refletindo uma mudança nas preferências e necessidades dos estudantes. De acordo com os dados do Mapa de Ensino Superior (2023), o número de matrículas oferecidas em cursos EAD aumentou drasticamente, saltando de 1,2 milhão em 2015 para 3,5 milhões em 2021, um crescimento de 180,0%, com 95,4% das matrículas concentradas na rede privada. Contudo, a principal questão não é a presença desses cursos, mas sim a garantia de sua qualidade. Assegurar a eficácia e a relevância desses programas é fundamental para manter o padrão educacional e formar profissionais competentes.

Gráfico 3: Distribuição de Ingressantes por Modalidade: Brasil, 2012 a 2022



Cursos presenciais

Matrículas

Rede Privada	Rede Pública	Total
3.243.695	1.869.487	5.113.182

Cursos EAD

Matrículas

Rede Privada	Rede Pública	Total
4.148.842	182.092	4.330.934

Paralelamente, esse cenário de mudanças rápidas também revelou uma tendência preocupante: a queda significativa nas inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é condição necessária para a participação no SISU (Sistema de Seleção Unificada), programa do governo que permite acesso a instituições públicas do ensino superior.

Em 2016, o ENEM registrou 8,6 milhões de inscritos, mas em 2021, ano marcado por uma alta incidência de COVID-19, esse número caiu para 3,1 milhões, o menor desde 2005. Mesmo com uma ligeira recuperação em 2023 para 3,9 milhões de inscritos, a baixa adesão persiste como um desafio significativo, que pode refletir o impacto duradouro da pandemia na educação brasileira, além de fatores como as reduzidas oportunidades no mercado de trabalho e o desânimo em relação ao ensino superior ou a migração para a rede privada ou EAD.

Além disso, um desafio crescente é garantir que as inscrições no ENEM se traduzam em participação efetiva na prova. A edição mais recente, de 2023 registrou um índice de abstenção de 32,4%, o mais alto dos últimos seis anos, excluindo o ano de 2020, marcado pela pandemia.

Ademais, o sistema educacional superior enfrenta outros desafios como a necessidade de modernizar currículos e integrar novas tecnologias, aproximando-se de um mercado de trabalho que muda com rapidez e exige cada vez mais novas habilidades. Porém, ressalta-se, que a relevância do ensino superior para o desenvolvimento nacional se expressa

não só na formação de mão de obra qualificada, mas também na produção científica e tecnológica, fundamentais para a inovação e para o avanço competitivo do país no cenário internacional. Ainda assim, há espaço para ampliar a participação de matrículas em cursos que concedem diploma de tecnólogo, com foco em preparar o estudante para a parte prática da profissão, e até mesmo diversificar a oferta de cursos com vistas a atender demandas de futuro. Em 2022, apenas 2% das matrículas totais no ensino superior no Brasil correspondiam à formação em Institutos e Centros Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

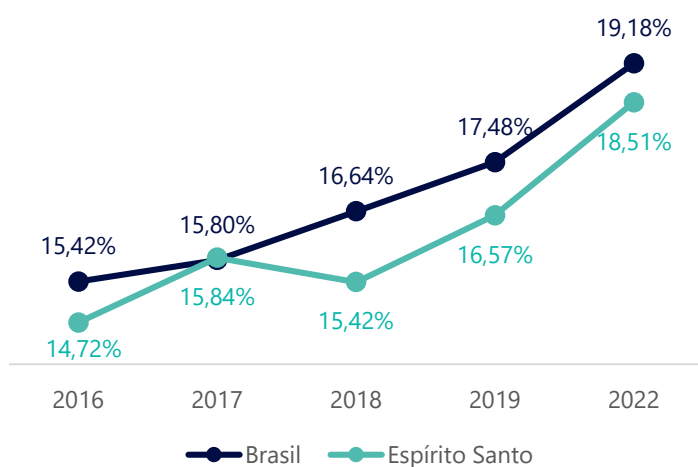
a relevância do ensino superior para o desenvolvimento nacional se expressa não só na formação de mão de obra qualificada, mas também na produção científica e tecnológica, fundamentais para a inovação e para o avanço competitivo do país no cenário internacional

Outro ponto reside no fato de alinhar a oferta do ensino superior com as expectativas dos jovens de hoje que buscam um contato mais próximo com o mercado de trabalho, experiências digitais e flexibilidade nos currículos, aspectos que devem ser incorporados nas estruturas educacionais para reduzir as taxas de frustração e evasão. Iniciativas que integram a prática profissional ao longo dos cursos podem ser uma maneira eficaz de manter os estudantes engajados e preparados para as demandas do mercado de trabalho.

Panorama da Educação Superior no Espírito Santo em 2022



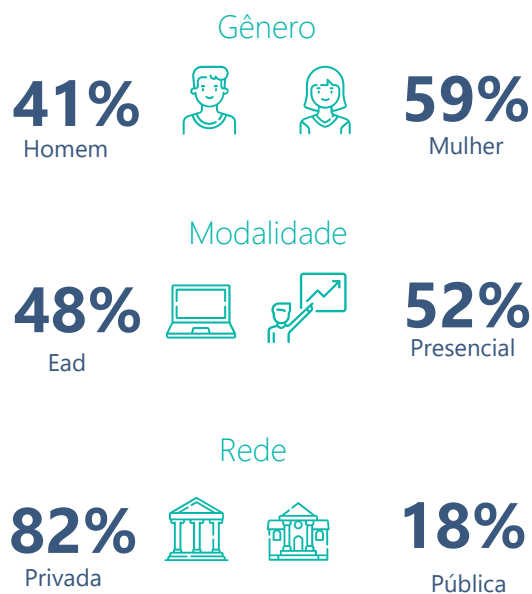
Porcentagem de pessoas de 25 anos ou mais com educação superior no ES



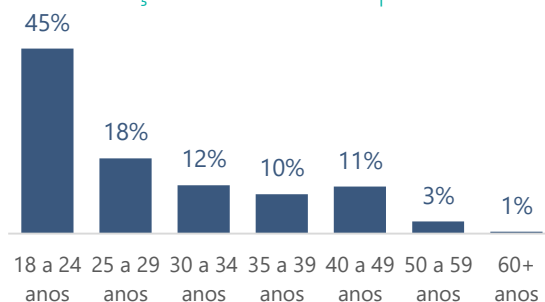
10 maiores cursos em número de matrículas



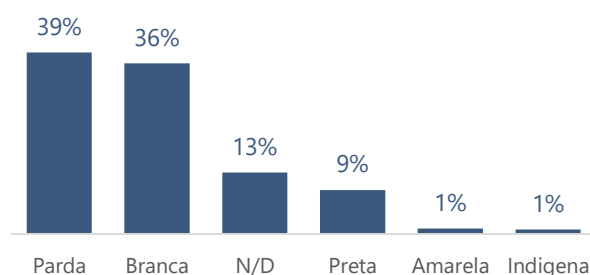
Características dos matriculados



Distribuição de matrículas por idade



Distribuição de matrículas por raça



➤ Em síntese

Nesta 5ª edição do Educação em Foco, analisamos de forma breve a trajetória do ensino superior no Brasil, sua evolução histórica, o progresso na democratização do acesso à educação, evidenciado pela expansão de instituições e implementação de políticas de ações afirmativas.

O ensino superior se destaca como um pilar do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, preparando indivíduos com habilidades e conhecimentos essenciais e atuando como um motor para a redução das desigualdades e o impulso econômico. No entanto, fatores como a queda nas inscrições para o ENEM e as mudanças no ensino presencial para online destacam a urgência de estratégias adaptativas, garantindo a qualidade e a relevância da educação oferecida.

A transformação do ensino superior no Brasil requer um esforço coletivo, envolvendo governo, instituições educacionais, setor privado e a sociedade como um todo. Com uma abordagem focada na inovação, inclusão e qualidade, podemos caminhar para um sistema educacional robusto e adaptado às demandas de uma sociedade em evolução, reafirmando o papel transformador da educação no desenvolvimento sustentável e inclusivo do país.



➤ Foca na dica

Como foi discutido ao longo da edição do Educação em Foco deste mês, o acesso a uma educação superior de qualidade é um catalisador para a ascensão social, redução de desigualdades e avanço socioeconômico. Contudo, questões acerca das disparidades econômicas, barreiras sociais e fatores estruturais muitas vezes impedem que esse acesso seja igualitário.



O filme brasileiro "Que Horas Ela Volta?", roteirizado e dirigido por Anna Muylaert, aborda um pouco dessas questões, tangenciando as problemáticas de desigualdade social e da dinâmica estrutural de oportunidades educacionais.

O enredo conta a história de Val, uma mulher que sai de Pernambuco e deixa sua filha para trabalhar como babá - e, posteriormente, como empregada doméstica - na casa de uma família de classe média alta em São Paulo. A narrativa do filme ganha complexidade quando a filha da personagem principal vem do Nordeste para prestar vestibular e acaba desafiando as normas estabelecidas na casa.

A história do longa brasileiro traz reflexões relevantes acerca da importância da superação das desigualdades de acesso à educação superior no Brasil, ao abordar as complexidades das relações sociais e de classe.

educação em **FOCC**

Publicação do Observatório da Indústria

Entidade da Findes | Gerência Executiva do Observatório da Indústria
Gerência de Inteligência de Dados e Pesquisas

Coordenação

Grazielly da Silva Rocha
Samara Poppe Carvalho
Suiani Febroni Meira

Elaboração

Grazielly da Silva Rocha
Igor Machado Torres
Luiza Giuberti Borghi
Pedro Menezes Vilarinhos
Samara Poppe Carvalho
Suiani Febroni Meira

Diagramação

Grazielly da Silva Rocha
Samara Poppe Carvalho

Revisão

Marília Gabriela Elias da Silva
Suiani Febroni Meira

 portaldaindustria-es.com.br |  observatoriodaindustria@findes.org.br

 (27) 98818-2897 |   [observatoriodaindustriaes](https://www.linkedin.com/company/observatoriodaindustriaes) |  [@Observ_Ind_ES](https://twitter.com/Observ_Ind_ES)